

Anistia fará campanha contra violações nos EUA

Entidade anuncia diversas denúncias contra autoridades norte-americanas

PEDRO LUIZ RODRIGUES

BRASÍLIA – Diante do que considera um sério quadro de violações de direitos humanos nos Estados Unidos, a organização não-governamental Anistia Internacional (AI) anunciou o lançamento de uma campanha mundial que tem por foco exclusivo “as violações dos direitos humanos por parte do governo norte-americano”. Segundo o secretário-geral da Anistia, Pierre Sané, o país não “pode continuar a se apresentar como um modelo da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, quando na verdade é um país violador desses direitos”.

Para Sané, os departamentos de polícia, as prisões, as patrulhas fronteiriças e outras instituições norte-americanas continuam violando diariamente os direitos humanos. “O racismo continua vigente em to-

dos os níveis da sociedade e observa-se um crescimento da repressão do Estado e do volume de violações desses direitos”, observa o secretário da Anistia.

Para tentar mudar essa situação e servir de orientação à campanha, a Anistia Internacional lançou um relatório de 153 páginas intitulado *Direito para Todos*, onde inclui diversos tipos de denúncias contra autoridades norte-americanas. Entre elas estão o abuso físico e sexual entre prisioneiros, o uso continuado da brutalidade por parte da polícia, o encarceramento e maus tratos de imigrantes que pedem asilo político, o uso da pena de morte, o racismo sistemático e a assistência militar a países violadores de direitos humanos.

De acordo com a AI, milhares de pessoas em todo os Estados Unidos – em particular aquelas pertencentes a minorias raciais – são vítimas de abusos e da brutalidade da polícia sem que os agentes responsáveis sejam punidos. Além disso, condena o emprego de métodos cruéis e degradantes no sistema penal (os detentos são vítimas de abusos se-

xuais, do uso excessivo de força e de algemas, camisas-de-força e cintos elétricos, controlados à distância pelos guardas, cujos eletrochoques podem causar dores extremas e incapacidade física).

A Anistia renova, além disso, o apelo às autoridades norte-americanas para que a pena de morte – responsável pela execução de 350 detentos nos últimos anos – seja abolida no país. Segundo o informe, 3.300 prisioneiros, entre os quais delinquentes juvenis e deficientes mentais, aguardam execução no “corredor da morte”. A aplicação da pena capital a indivíduos condenados durante sua adolescência põe os EUA na mesma categoria do Irã, Paquistão, Nigéria, Arábia Saudita e Iêmen.

Em matéria que publicou sobre o assunto, no último dia 5, o *New York Times* assinala que o relatório da AI está de acordo com a crescente preocupação das ONGs de direi-

tos humanos em conferir um enfoque equilibrado ao exame de situações específicas em países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendência, segundo o jornal, favorecida pela próprio governo Clinton.

Silêncio – Habitado a apontar violações de direitos humanos em outros países, o governo dos EUA até agora não se manifestou sobre o conteúdo do relatório que a Anistia Internacional divulgou na semana passada sobre as violações em seu próprio território.

Em declaração ao *New York Times*, Sané diz que os EUA foram escolhidos como primeiro alvo ocidental da organização em vista da deterioração da situação dos direitos humanos no país: “É irônico que o país mais poderoso do mundo use as leis internacionais de direitos humanos para criticar os outros, mas não aplique os padrões adequados em casa.”

RELATÓRIO CONDENA MÉTODOS DO SISTEMA PENAL

Fazendo referência ao trecho do informe sobre a relutância do governo norte-americano em aderir aos tratados internacionais de direitos humanos, especialmente à convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança, Sané observou que o fato de que alguns países signatários – sobretudo os asiáticos – não respeitem na prática os dispositivos da convenção, não justifica a ausência norte-americana em instrumento de caráter universal. O número expressivo de convenções de direitos humanos e direito humanitário ainda não ratificadas por Washington contribui para reforçar a percepção da AI de que, em termos de adesão a padrões universais, os EUA caminham hoje em direção oposta à da comunidade internacional.

Nesse relatório, a Anistia recomenda às autoridades federais, estaduais e municipais norte-americanas que adotem medidas urgentes para impedir que policiais continuem a violar os direitos humanos.

Essas autoridades “devem deixar claro que abusos como tortura, brutalidade e uso excessivo da força

por policiais não serão mais tolerados; que esses policiais devem prestar contas de suas ações e que os responsáveis por abusos devem ser trazidos à Justiça”, assinala o documento divulgado dia 6 pela Anistia.

Recomenda também a entidade que as vítimas de abusos cometidos pela polícia recebam garantias efetivas e a reparação devida, além de que os “padrões internacionais de respeito aos direitos humanos sejam integralmente incorporados nos códigos de conduta da polícia e em seu treinamento”.

Para a AI, o Departamento de Justiça deveria atuar com rigor para punir as violações cometidas pelas organizações policiais e carcerárias, além de organizar estatísticas e preparar relatórios sobre as entidades que mais frequentemente praticam abusos, inclusive no que diz respeito a mortes provocadas durante a ação da polícia ou de presos em custódia do Estado.

Recomenda também que o governo cumpra estritamente a Lei de Direitos Civis, de 1964, para eliminar o tratamento racialmente discriminatório por parte da polícia.